

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



**UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA**

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO

Sétima Sessão Ordinária

28 de Junho - 02 de Julho de 2005

Sirte, LÍBIA

EX.CL/178 (VII)

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
DO DIÁLOGO ÁFRICA – EUROPA

1. A 02 de Abril de 2000, os dirigentes africanos e europeus realizaram a sua primeira Cimeira tendo em vista a criação de um novo tipo de relações entre a Europa e a África. A União Europeia, do seu lado, queria que fosse dada atenção essencialmente sobre questões políticas tais como: democracia, governação, direitos do homem e prevenção de conflitos. No entanto, a pedido insistente dos africanos, aceitou inscrever na agenda questões relativas ao comércio, dívida e acesso ao mercado europeu. Os africanos viam, nesta Cimeira, a vontade da Europa não mais marginalizar o seu Continente. Pensavam que, através da Cimeira de Cairo, a Europa gostaria de ver a África desempenhar um papel maior na gestão dos assuntos do Mundo. Para os africanos, a União Europeia apercebeu-se, evidentemente, de que o desenvolvimento económico de África seria de facto os seus próprios interesses, uma vez que a África lhe oferecia algumas saídas para os seus produtos agrícolas e industriais.

2. Os africanos queriam que a Cimeira de Cairo marcasse o início de um diálogo regular e igualitário com a Europa, por um lado, e esperavam ver a Europa abrir as suas fronteiras às exportações africanas, por outro lado. A África esperava da Europa um compromisso concreto estipulando que a liberalização económica traduzir-se-á por um maior acesso dos seus produtos ao mercado da Europa. Esta culminou “África – Europa” foi realizada sob a égide da OUA e da UE. A Cimeira culminou com uma Declaração e um Plano de Acção de Cairo que, entre outros, reconhecem a dívida como um dos maiores problemas económicos do Continente Africano. De igual modo, a Cimeira de Cairo tomou os conflitos armados como o problema político mais premente.

3. Todavia, depois da Cimeira histórica de Cairo de Abril de 2000, os frutos parecem não responderem ao que foi anunciado pelas flores. As reuniões bi-regionais, tal como os encontros ministeriais se multiplicam. Os relatórios consensuais que os sancionaram superpuseram-se, dando a imagem de garrafas vazias com etiquetas diferentes. A metáfora precedente, persistentemente tende a tornar-se característica principal deste diálogo se, porém, nada for feito para passarmos do sonho à realidade.

4. De Dezembro de 2004 a Abril de 2005, a Comissão da UA, através do Departamento dos Assuntos Económicos, empreendeu actividades no quadro do acompanhamento do diálogo África-Europa. Neste contexto, de 2 a 4 de Dezembro, em Adis Abeba, a Troika Ministerial reuniu-se, antecedida pela Troika Alargada de peritos; em seguida participou activamente na Troika Ministerial, igualmente precedida pela Troika Alargada de peritos organizada pela União Europeia em Luxemburgo, de 8 a 11 de Abril de 2005.

A. Troika Ministerial de Adis Abeba

5. Os Ministros africanos e europeus passaram em revista as questões habituais inscritas na agenda e fizeram as recomendações que se seguem:

- **Paz e Segurança**

6. Os Ministros trocaram pontos de vista sobre questões relacionadas à paz e segurança em África, incluindo situações de conflito, facilitação da paz, funcionamento do Conselho de Paz e Segurança da UA. Conferência Internacional sobre a região dos Grandes Lagos, reforma e reestruturação do Conselho de Segurança da ONU, comércio e proliferação ilegal de armas ligeiras e de pequeno calibre, minas, terrorismo e

mercenarismo. Neste contexto, os Ministros tomaram nota dos progressos alcançados e dos desafios aos quais a União Africana faz face nestas diferentes áreas, tendo sublinhado a importância da parceria no tratamento destas questões.

7. Os Ministros analisaram longamente a crise na região de Darfour, no Sudão, e sublinharam a urgência da sua gestão eficaz e da restauração da paz, segurança e estabilidade em todo o Sudão. As duas partes exprimiram a sua grave preocupação pelas violações contínuas do Acordo Humanitário de cessar-fogo assinado em N'djamena, a 8 de Abril de 2004, e dos protocolos relativos a questões humanitárias e de segurança assinados em Abuja, Nigéria. Exortaram vivamente as partes em conflito a absterem-se do uso da força e recorrer a vias pacíficas para resolver os seus diferendos. A UE congratulou-se pelo papel de primeiro plano desempenhado e pelos esforços enviados pela UA para levar as duas partes ao diálogo político, sobretudo por ter conseguido enviar parte da Missão Africana no Sudão (AMIS). No que toca a UA, esta exprimiu a sua gratidão pelo apoio vital e a cooperação dadas pela UE para facilitar o processo de paz, sobretudo o financiamento no quadro da Facilitação da Paz, de igual modo pelo apoio financeiro, logístico e em peritos. Por outro lado, a UE reiterou o seu apoio total à AMIS II e exprimiu a sua vontade de oferecer a sua peritagem, caso lhe seja solicitada. As duas partes insistiram na necessidade de promover a coordenação e a partilha de informação e analisar em conjunto as lições tiradas do envio da AMIS, bem como o apoio da UE a esta operação.

8. No que diz respeito ao processo de paz no Sul do Sudão, os Ministros saudaram os progressos importantes até agora alcançados no processo de paz dirigido pelo IGAD e manifestaram a esperança de que as partes respeitarão os acordos que assinaram, e que seja alcançado um Acordo Geral de Paz a 31 de Dezembro de 2004. A este respeito as duas partes exprimiram a sua prontidão de oferecer apoio diplomático e material, uma vez alcançada a paz, para a reconstrução do Sudão pós-conflito.

9. Os Ministros condenaram a escala da violência em Côte d'Ivoire e exprimiram a sua inquietação pelo risco do alastramento da violência e nível regional. Os Ministros felicitaram igualmente a UA e a CEDEAO pelos seus esforços de mediação, sobretudo os esforços feitos pelos Presidentes Obasanjo e Mbeki, e comprometeram-se a continuar a dar-lhes o seu apoio. Saudaram a iniciativa de convocar uma Cimeira do Conselho de Paz e Segurança, a 10 de Dezembro de 2004, com o propósito de analisar a crise em Côte d'Ivoire.

10. As duas partes saudaram os progressos notáveis alcançados no processo de paz na Somália, sobretudo no que toca a eleição das Instituições Federais de Transição, nomeadamente o Presidente Federal de Transição, o Parlamento Federal e de Transição (TFP) e o seu Presidente. As duas partes comprometeram-se a dar o seu apoio total ao novo Governo de Transição na Somália, de modo a permitir-lhe ultrapassar as dificuldades do futuro. A UA lançou um apelo à UE, pedindo assistência financeira e logística para os seus esforços tendentes a garantir a segurança e a estabilidade do Governo Federal de Transição (TFG). As duas partes estão prontas a participar na estabilização e na reconstrução a longo prazo da Somália e têm o prazer de começar a trabalhar com o novo Governo, tendo sublinhado a importância da integridade e da estabilidade naquele país. A UE exprime a sua vontade de contribuir nos esforços da OUA para a promoção da segurança e estabilidade na Somália.

11. As duas partes exprimiram as suas inquietações pela reescalada de tensões na fronteira Leste das RDC e exortaram os dirigentes regionais a respeitar plenamente a soberania territorial e observar a Declaração de Princípios adoptada em Dar-Es-Salaam, a 09 de Novembro de 2004.

12. Os Ministros felicitaram-se vivamente o anúncio feito pelo Governo da República Federal Democrática da Etiópia, relativamente à sua proposta de cinco pontos que incluem a aceitação, em princípio, da decisão da Comissão, de Fronteiras Etiópia-Eritreia, como sendo um passo importante na criação desta Comissão bem como na solução do impasse no processo de paz entre os dois países. Os Ministros esperam uma resposta construtiva da Eritreia à proposta etíope, por forma a iniciar-se o diálogo entre as partes em conflito. Os Ministros manifestaram a sua disponibilidade de prestar a assistência necessária para ajudar os dois países a avançarem na implementação da decisão da Comissão de Fronteiras, com vista à normalização das suas relações.

13. No que respeita os outros desafios em assuntos de segurança, os Ministros notaram os progressos alcançado no Continente Africano nas áreas das armas ligeiras e de pequeno calibre e nas minas. A UE comprometeu-se a reforçar o seu apoio para superar os desafios que se colocam nestas áreas, sobretudo através da capacitação institucional da África para responder a estas questões de forma decidida e duradoira. A UE manifestou a sua prontidão em dar apoio aos programas da UA sobre o terrorismo, particularmente no que toca o funcionamento efectivo do Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre o Terrorismo baseado em Alger, Argélia. Os Ministros insistiram na necessidade de se travar uma luta contra o mercenarismo, que é uma das fontes da desestabilização em África.

14. As duas partes sublinharam igualmente que partilham uma concepção comum do multilateralismo, sobretudo no quadro das Nações Unidas. A este respeito, acordaram em efectuar consultas sobre a reforma do Sistema da ONU, muito em particular o seu Conselho de Segurança. A UE tomou nota da Posição de África que exigiu dois assentos permanentes e cinco assentos não permanentes, no Conselho de Segurança. Como objectivo de promover um multilateralismo efectivo na área da paz e segurança, foi sublinhada a necessidade do estabelecimento da cooperação entre o Conselho de Paz e Segurança da UA e a UE.

▪ **Governança**

15. Ponto de situação do Programa de Governança da UA e o apoio da UE, sobretudo a implementação do APRM/NEPAD: A África reconhece que a democracia e a boa governança são aspectos essenciais para o desenvolvimento político, económico e social duradoiro do continente. Os Ministros reconheceram que a seguir a Dublin, a África alcançou progressos regulares na valorização dos princípios democráticos e no reforço das instituições democráticas. A UA manifestou o seu reconhecimento à UE pelo seu apoio político e financeiro ao Programa de Governança da UA e solicitou um apoio e uma parceira mais dinâmicos, para que o ritmo alcançado não se perca. A UE saudou a realização das duas primeiras sessões do Parlamento Pan-Africano e tomou nota da fusão futura entre o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos e o Tribunal Africano de Justiça. A UE analisará as modalidades de apoio ao Tribunal, uma vez criado. As duas partes notaram os progressos em curso na implementação do Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (APRM), como um programa da Nova

Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), para assuntos de boa governação, democracia, transparência bem como para questões mais vastas tais como os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. As duas partes sublinharam a importância da capacitação institucional dos países que vão implementar as recomendações do APRM. Neste contexto, a UE espera dar uma assistência financeira ao Fundo Especial do APRM.

Devolução de bens mal adquiridos

16. As duas partes sublinharam a sua adesão conjunta a entrada em vigor rápida da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção. Decidiram cooperar na sua implementação, incluindo a adopção de medidas susceptíveis de facilitar a devolução de bens públicos adquiridos ilegalmente.

Observação eleitoral, direitos do homem e questões humanitárias

17. Os Ministros reconheceram que os direitos do homem constituem um elemento essencial da parceria entre a União Europeia e a África. A União Africana e a União Europeia comprometeram-se a proceder ao enriquecimento mútuo, troca de experiências e apoio à promoção de questões humanitárias e de direitos do homem.

18. Os Ministros foram de opinião de que a UA e a UE deverão melhorar a sua cooperação, para uma abordagem comum de questões relativas aos direitos do homem nas instituições multilaterais, em particular na Assembleia Geral das Nações Unidas e na Comissão dos Direitos do Homem da ONU. As duas partes decidiram trabalhar a favor de uma protecção efectiva de mulheres e crianças em situação de conflito.

19. Os Ministros encorajaram o reforço do papel da UA na área das eleições e felicitaram-se pela adopção recente das linhas directrizes sobre as missões de controlo e observação de eleições da UA. A parte africana felicitou-se pelo compromisso tomado pela União Europeia de apoiar a capacitação institucional das missões de observação eleitoral em África. As duas partes congratularam-se pela cooperação existente nesta área entre a UE e a UA e exprimiram o seu desejo de prosseguí-la.

Acompanhamento da Declaração de Dublin sobre o Multilateralismo

20. Os Ministros reiteraram a necessidade de se instaurar um sistema multilateral eficaz. A este respeito, a União Africana e a União Europeia tomaram o compromisso de cooperar na área da reforma e redinamização do sistema das Nações Unidas e promover um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, equitativo e não discriminatório. Os Ministros sublinharam igualmente a importância do respeito do direito internacional humanitário e do direito humanitário, em particular o apoio firme ao Tribunal Penal Internacional.

▪ **Integração Regional e Comércio**

21. Os Ministros felicitaram-se pela criação do mecanismo conjunto de acompanhamento UA/CE das negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE), que servirão de instrumentos importantes no diálogo África-Europa com vista à materialização de objectivos comuns na área prioritária da integração regional e do comércio. Os Ministros reconheceram a contribuição potencial que os APE podem trazer para o reforço da integração económica entre a África e a Europa. As duas partes reconheceram que as negociações dos APE, em curso, deverão servir “de instrumento eficaz de desenvolvimento” destinado a um crescimento rápido e duradouro, erradicação da pobreza e integração harmoniosa e gradual da África na economia mundial. Neste contexto, os Ministros reconheceram que a preocupação da África, no que toca a infra-estruturas económicas e a falta de capacidades, deve ser analisada no quadro do processo dos APE. Sublinharam a necessidade de os referidos acordos respeitarem a visão de uma África forte, unida e integrada, tal como está referido no Acto Constitutivo. Sublinharam igualmente o facto de que ao se velar para que as negociações dos APE sejam compatíveis com as normas da OMC, seria conveniente ter em conta a diferença significativa do nível de desenvolvimento entre a União Europeia e a África, assim como o desequilíbrio de que sofrem os países africanos no seio do actual sistema do comércio mundial.

22. As duas partes reconheceram a necessidade da aceleração do processo de integração em África com vista à materialização do desenvolvimento económico no Continente, assim como à melhoria da sua competitividade a nível mundial. A União Europeia manifestou a sua vontade de prestar apoio ao processo de integração de África, graças à execução de programas e projectos continentais, principalmente a capacitação institucional da Comissão da União Africana. A União Africana deu o ponto de situação das negociações em curso para a conclusão do Protocolo de Acordos entre a UA e as CERS e que, uma vez concluído, o Protocolo será enviado aos parceiros para conhecimento.

23. As duas partes reconheceram o papel catalisador do sector privado na promoção do comércio e de investimentos. A parte africana, ao reconhecer a importância do sector privado para o desenvolvimento, comprometeu-se a aprofundar a reforma das economias do Continente a fim de atrair novos investimentos privados estrangeiros. A parte europeia garantiu aos seus parceiros africanos o seu apoio na reforma das respectivas economias e manifestou a sua intenção de incitar os operadores económicos europeus a aumentarem os seus investimentos em África e facilitar o acesso de bens e serviços africanos a mercado europeu.

▪ **Principais questões de desenvolvimento**

Cooperação UE-África na luta contra o VIH/SIDA e outras doenças transmissíveis, incluindo a questão do VIH/SIDA e Segurança

24. As duas partes exprimiram o seu firme compromisso de aumentar os esforços tendentes a parar com a propagação da pandemia do VIH/SIDA. Para este fim, as duas partes acordaram em alcançar recursos financeiros adequados para a luta contra o VIH/SIDA, malária, tuberculose e outras doenças infecciosas conexas. Os Ministros sublinharam igualmente a necessidade da adopção de medidas que permitam alcançar

os objectivos fixados assim como os compromissos assumidos por todos os Continentes de prestar ajuda aos países em desenvolvimento no luta contra as doenças acima referidas e outras pandemias. Os Ministros sublinharam igualmente a necessidade de se apoiar a produção local de medicamentos genéricos e anti-retrovirais, como meio de redução geral do seu preço bem como de facilitar o acesso a esses medicamentos pelas pessoas mais necessitadas.

25. Os Ministros sublinharam a importância de uma cooperação, uma coordenação e uma parceria entre os doadores, Governos e ONGs. As duas partes recomendaram iniciativas tais como “Parcerias Europa-Países em Desenvolvimento para experiências clínicas” e “Todos pela Solidariedade Terapêutica Hospitalar”. As duas partes reconheceram a necessidade de reconhecimento da relação existente entre o VIH/SIDA, a paz e a segurança. A UE reafirmou a manutenção de todos os seus esforços na luta contra o VIH/SIDA ao nível dos seus diferentes instrumentos.

Acompanhamento do Relatório Conjunto sobre a Dívida Externa Africana

26. Os Ministros recordaram a adopção do relatório conjunto da Reunião Ministerial da Troika, em Dublin, a Reunião de Peritos UA/UE, de Fevereiro de 2004, no que se refere às estimativas, natureza e impactos do peso da dívida africana. O relatório de peritos notou que as medidas de redução da actual dívida africana não permitirão por si próprias a durabilidade da dívida, tendo recomendado igualmente uma participação mais activa dos países credores em fóruns apropriados de novos debates sobre a dívida externa. Por seu turno, a União Africana chamou a atenção sobre o facto de que, após a Reunião Ministerial de Abril de 2004, os desenvolvimentos na arena internacional bem como as conclusões contidas nas apresentações feitas durante eminentes estudos internacionais sobre a dívida externa, sustentam todas as conclusões do relatório adoptado pela Reunião da Troika de 2004, incluindo o desejo e a possibilidade da anulação da dívida africana, segundo os parágrafos 39 e 40 da Declaração de Cairo de 2000.

27. Os Ministros notaram, por conseguinte, que o relatório conjunto, tal como aprovado pela Reunião Ministerial da Troika em Abril de 2004, seja apresentado à próxima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo para a sua análise política. Os Ministros são igualmente de opinião que enquanto se aguarda o conselho político da Conferência, as duas partes, em particular as duas Comissões, procedam à identificação das modalidades práticas do prosseguimento deste diálogo, de preferência no decurso do primeiro trimestre de 2005, na preocupação de apresentar o ponto de situação da execução das conclusões do Relatório Conjunto.

▪ Segurança Alimentar

28. Os Ministros exprimiram a sua satisfação relativamente ao progresso alcançado em matéria de segurança alimentar, em particular no que diz respeito ao estudo sobre a avaliação dos sistemas de aviso prévio existentes, sobretudo na África Ocidental, África Austral e África do Norte, tendo exprimido o desejo de estender o projecto às regiões que ainda não estão cobertas. Na perspectiva da implementação da Declaração de Sirte sobre “Desafios para o Desenvolvimento Integrado e Duradouro da Agricultura e da Água em África”, as duas partes analisaram os outros aspectos do desenvolvimento para ajudar a garantir a segurança alimentar.

29. Após uma troca de pontos de vista frutuosa sobre as abordagens africanas e europeia relativamente à segurança alimentar, foi decidido que as duas Comissões e o Secretariado da NEPAD prosseguirão como seu debate no quadro do programa geral de desenvolvimento agrícola em África.

Devolução de Objectos Culturais

30. No cumprimento das recomendações da Reunião Ministerial realizada em Ouagadougou (Bukina Faso), em Novembro de 2002, as duas partes adoptaram os termos de referência (que figuram em anexo ao presente, comunicado) para a conclusão da lista das actividades realizadas até ao presente no quadro da cooperação sobre objectos culturais. As duas partes acordaram em definir as modalidades concretas do estabelecimento de um inventário conjunto. Dentro em breve farão concertações para a conclusão destas modalidades. A reunião congratulou-se e aceitou a oferta da UE de financiar dois consultores, seleccionados em conjunto, para a produção deste inventário, em colaboração com a UNESCO e outras instituições internacionais pertinentes. A parte africana reiterou a sua satisfação ao governo da Itália pela sua determinação de restituir o Obelisco de Aksoum e sublinhou a necessidade de devolvê-lo o mais cedo possível. A parte africana incitou outros países a seguirem este exemplo positivo.

Migração e plano de acção sobre o tráfico de seres humanos

31. A reunião reconheceu o carácter complexo do fluxo de migração ligado, entre outros, a questões de desenvolvimento. As duas partes reconheceram que a luta contra imigração clandestina e o tráfico de seres humanos, principalmente mulheres e crianças deverá ser conduzida com observância dos direitos fundamentais de imigração, que é compatível com os objectivos legítimos da segurança e da soberania dos Estados. As duas partes incitaram os Países Europeus e Africanos a assim e ratificarem a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Imigrantes. Na perspectiva da criação desta parceria, as duas partes acordaram na necessidade de convocar uma reunião especial das Comissões da UA e da UE consagrada ao tema da migração.

32. A parte europeia congratulou-se pelos esforços feitos em África no âmbito da execução de um plano quadro continental para a migração e para encorajar a livre circulação das populações. As duas partes sublinharam a necessidade do respeito e da protecção dos direitos humanitários dos imigrantes. A UE tomou nota da proposta africana de analisar a questão da livre circulação de trabalhadores, no quadro das negociações dos APE.

33. As duas partes acordaram em submeter o Plano da Acção sobre o tráfico de seres humanos, principalmente mulheres e crianças, aos Ministros da UA e da UEE para adopção posterior pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

Clonagem humana

34. As duas partes reconheceram que a clonagem de seres humanos, em particular, e as questões biotécnicas em geral, levantam problemas de direitos e de dignidade humana. A parte africana informou da decisão do Conselho Executivo da UA segundo a qual a África pretende concluir e adoptar uma posição comum sobre o assunto, assim como um plano jurídico, ao nível do Continente, que permitirá aos Estados Membros da

UA a adopção de leis e regulamentos que visam proteger a dignidade do homem, os direitos e as liberdades do homem em África.

35. A Comissão da UA informou que conduzirá este processo em colaboração com os mecanismos regionais e mundiais existentes sobre a matéria e, de forma, a criar-se um órgão apropriado que, de forma exaustiva, trará uma reflexão sobre questões relativas à ética em matéria de biotecnologia e ciência da vida.

36. A UE tomou nota do interesse de todos estes acontecimentos e os Ministros decidiram reexaminar a questão em 2005, tendo devidamente em conta a evolução da situação no quadro do debate geral sobre esta questão.

Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC)

37. Os Ministros reconheceram o afastamento numérico crescente entre a África e o resto do mundo, o que constitui um revés nos esforços do desenvolvimento durável da luta contra a pobreza e da integração do Continente na sociedade mundial da informação. Reconheceram que se torna necessário haver uma infra-estrutura e serviços sólidos das TIC para a aceleração do processo de integração económica do Continente, coesão territorial para a paz e segurança, desenvolvimento sócio-económico e cooperação regional e internacional. A este respeito, os Ministros exprimiram a as adesão à Declaração de Princípios e ao Plano de Acção adoptados na Primeira Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação, realizada em Genebra, e comprometeram-se a dar apoio ao processo e aos resultados da segunda fase do WSFS que deve decorrer de 16 a 18 de Novembro de 2005, em Túnis.

38. Os Ministros acolheram favoravelmente o quadro criado pela UA no contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) na área das TIC visando reforçar a política do ambiente regulamentar, promover a conectividade de banda larga, unificar o espaço numérico continental das telecomunicações e expandir a utilização das TIC no fornecimento de serviços sócio-económicos, principalmente a administração pública (governo em linha), educação (escolas em linha), saúde (tele medicina), negócios (comércio em linha) e outros serviços. Os Ministros comprometeram-se a apoiar os esforços feitos pela África neste sentido. Além disso, a UE tomou nota do pedido pela parte africana para dar o seu apoio ao Fundo de Solidariedade Numérica.

B. Troika Ministerial de Luxemburgo

39. Depois de analisar os pontos inscritos na agenda, os Ministros fizeram as recomendações que se seguem.

- **Paz e Segurança**

- a) **Últimos desenvolvimentos dos conflitos em África:
Reforço da parceria UE-UA na resolução de conflitos**

40. Os Ministros trocaram pontos de vista sobre questões relativas à paz e segurança em África, incluindo situações de conflitos, terrorismo bem como os progressos, alcançados na capacitação institucional em matéria de prevenção de conflitos, gestão de

crises e sublinharam o objectivo que visa a consolidação e o reforço da parceria nesta área.

41. No que diz respeito ao Sudão, os Ministros saudaram a assinatura do acordo de paz global entre o Governo do Sudão (GOS) e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A) que deveria abrir a via da promoção da paz, reconstrução pós-conflito e desenvolvimento de todas as regiões do Sudão. Todos os esforços têm em vista restauração da paz, da segurança e da estabilidade em todo o território sudanês. Os Ministros encorajaram as partes a trabalharem em concertação para a implementação total e rápida do acordo e manifestaram a esperança de que os princípios do acordo de paz global e, particularmente os que se referem à partilha do poder e à distribuição das riquezas tendo em vista a integração das regiões marginalizadas servirão de base para a restauração da paz, segurança e estabilidade em todo o território sudanês. Os Ministros reiteraram o seu compromisso de conceder apoio à implementação do acordo geral de paz em como à Missão das Nações Unidas no Sudão (MNUS) e à UE na prestação de apoio material e diplomático. Manifestaram a esperança de que a Conferência de Doadores de Oslo, dos dias 11 e 12 de Abril, permita a mobilização de contribuições importantes para o desenvolvimento do Sudão.

42. Os Ministros exprimiram a sua grave preocupação com relação ao conflito em curso na região de Darfour, bem como as suas consequências para a população civil. Condenaram as violações, por todas as partes em conflito, do cessar-fogo, particularmente os ataques contra populações civis, trabalhadores humanitários e pessoal da UA. Os Ministros lançaram um apelo urgente às partes beligerantes para que cessem a utilização da força e busquem soluções pacíficas para resolver os seus diferendos, e que cumpram as exigências expressas nas resoluções 1556, 1564, 1574, 1590 e 1591 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No espírito do reatamento das negociações de Abuja e ao saudar os esforços da UA no que toca a preparação das próximas rondas de negociações, os Ministros instaram as partes em conflito a respeitar o seu compromisso de buscar uma solução pacífica e negociada do conflito de Darfur e a dar seguimento urgente às negociações. A este respeito, a UE e a UA reconheceram a necessidade de coordenar e harmonizar os seus esforços no quadro do apoio ao processo negocial.

43. A UE rendeu homenagem à UA pelo seu papel de direcção na solução do conflito de Darfour e, em particular, felicitou a UA pelo sucesso do estabelecimento da AMIS e pelo reforço da segurança em Darfour. Por seu turno, a UA exprimiu a sua gratidão à UE pelo seu apoio e sua cooperação no quadro da AMIS em termos da facilidade para a paz e o apoio em peritos. A UE felicitou a UA por ter conduzido a recente missão de avaliação que, com abertura e transparência, deu uma análise objectiva do ponto de situação actual da AMIS. Neste contexto, as duas partes sublinharam a importância de tornar a AMIS plenamente operacional na resolução de problemas de carácter organizacional e logístico identificados pelas missões de avaliação. Assim, a UE disponibilizou o seu apoio com base numa lista de iniciativas prioritárias que será elaborada pela UA. Os Ministros realçaram a importância da componente civil da AMIS, e a rápida realização das últimas etapas do envio de polícias da missão. A UE reiterou o seu apoio incondicional à AMIS e o seu compromisso de reforçá-lo.

44. Os Ministros reiteraram o seu apoio ao processo de transição na Somália e sublinharam a importância da participação e do reforço de consensos no advento de paz

e da estabilidade naquele país. Exortamos os chefes das facções e das milícias a cessar as hostilidades e concluir um acordo geral e verdadeiro de cessar-fogo, que levará ao desarmamento. A UE felicitou a UA e o IGAD pelos seus esforços de promoção de segurança e estabilidade na Somália e confirmou a sua vontade de analisar os pedidos de assistência nesta área. Além disso, a UE sublinhou a necessidade de se alcançar um consenso no seio das instituições de transição no quadro do prosseguimento do processo de paz e reconciliação naquele país. Sublinhou igualmente a necessidade de uma planificação rigorosa de qualquer missão de apoio às instituições de transição na Somália, com vista à restauração da paz e segurança.

45. No que respeita a RDC, os Ministros saudaram os progressos alcançados no processo de paz e de transição. Exortaram os dirigentes congolese a prosseguirem, sem desfalecimento, o seu compromisso de preparar as próximas eleições. A UE saudou os esforços da União Africana que visam a implementação de mecanismos comuns de verificação acordados pelo Ruanda e pela RDC, tendo em vista a restauração da confiança entre os dois países. A UE saudou igualmente os esforços da UA no desarmamento das Ex-FAR/Interahamwe bem como de outros grupos armados presentes no leste da RDC. Neste contexto, os Ministros encorajaram as FDLR (Forças Democráticas de Libertação do Ruanda) a respeitar os compromissos de Roma, Itália, de 30 de Março de 2005, através dos quais o movimento deve cessar os ataques armados, e condenaram o genocídio ocorrido no Ruanda, em 1994. Anunciaram a sua decisão de se juntar ao processo de DDRRR. Além disso, a UA saudou os esforços de apoio concedido pela UE ao processo de transição na RDC. As duas partes decidiram dar prosseguimento aos esforços em causa e reforçar a sua parceria na prestação de apoio a todo o processo regional.

46. Quanto à República de Côte d'Ivoire, os Ministros felicitaram e reiteraram o seu apoio aos esforços de mediação da UA, sob os auspícios do Presidente Thabo Mbeki. Os Ministros exprimiram a sua satisfação relativamente ao Acordo de Pretória. Exortaram as partes em conflito a respeitar os seus compromissos e implementar todas as disposições do Acordo de Pretória. Os Ministros reiteraram o seu apoio às forças neutras e saudaram a decisão das partes beligerantes de incluir as Nações Unidas na preparação das eleições gerais. Recordaram que deve ser encontrada uma solução à crise por via de eleições livres, democráticas e sem exclusão. Os Ministros reiteraram o seu compromisso de prestar apoio aos esforços em curso que visam a implementação dos Acordos de Lina-Marcoussis – Acra III e de Pretória.

47. Os Ministros exprimiram a sua satisfação relativamente ao papel desempenhado pela UA e a CEDEAO no retorno à legalidade constitucional no Togo. As acções empreendidas por estas duas organizações sublinharam a determinação de instituições africanas de recusar a tomada do poder por vias anti-constitucionais e promover a boa governação. A importância do apoio a conceder ao processo eleitoral no Togo e a consolidação, a longo prazo, da democracia foram postos em evidência. A UA saudou o apoio da UE aos seus esforços e da CEDEAO, e as duas partes sublinharam a necessidade de reforçar a sua cooperação para este efeito.

48. A UE saudou os esforços da UA no Burundi, nas Comores, na Libéria, na República Centro-Africana e na Guiné-Bissau. As duas partes sublinharam a necessidade de prosseguir o seu apoio aos processos de paz em curso nesses países e reiteraram o seu compromisso da concretização de uma paz duradoura e irreversível.

b) Terrorismo

49. Os Ministros reafirmaram o seu compromisso e a sua determinação de prosseguir a cooperação na luta contra o terrorismo. A UA deu à UE informações relativas ao ponto de situação do estabelecimento do Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre o Terrorismo e saudou a contribuição da sua contraparte sobre esta matéria. A UE felicitou a UA pelas suas políticas anti-terrorismo e, em particular, lançou um apelo aos Estados Africanos, por intermédio da UA, para ratificarem e implementarem todos os instrumentos internacionais pertinentes de luta contra o terrorismo. A UA sublinhou a necessidade de uma cooperação na troca de informações. As duas partes comprometeram-se a cooperar para a adopção de uma posição comum relativamente à Convenção da ONU sobre a luta contra o terrorismo.

b) Relatório sobre o ponto de situação do Programa de Capacitação Institucional na área da Paz e Segurança

50. Os Ministros analisaram os progressos alcançados pela UA e outras organizações africanas no que concerne a capacitação institucional na área da paz e segurança, assim como a cooperação Europa-África sobre esta matéria. A UA sublinhou a contribuição da Facilidade para a Paz para os progressos significativos realizados na área da resolução de conflitos em África, bem como na capacitação da UA sobre a prevenção, gestão e resolução de conflitos. A UA apresentou um relatório sobre o ponto de situação dos programas em curso que visam o estabelecimento do Departamento de Paz e Segurança, assim como o envio de efectivos no terreno. A UA exortou a UE a financiar a Facilidade para a Paz, tendo em conta as suas várias actividades na área da prevenção, gestão e resolução de conflitos, e sublinhou a necessidade da capacitação institucional do Departamento da Paz e Segurança e das Organizações Sub-regionais.

51. A UE forneceu à UA informações relativas à adopção do Plano de Acção no âmbito da política europeia de defesa e segurança (ESDP) que dão um suporte às capacidades africanas no quadro da manutenção da paz e segurança e exprimir o seu compromisso de dar apoio nesta área.

52. As duas partes reconheceram a importância da reconstrução pós-conflito na consolidação da paz e estabilidade. Sublinharam a necessidade de se tirar lições do passado e reforçar a pertinência entre a paz, segurança, reconstrução económica e desenvolvimento. Neste contexto, as duas partes notaram com interesse a proposta do SG da ONU relativa à criação de uma Comissão da Paz.

▪ **Governança**

a) Relatório sobre o ponto de situação do Programa de Governança da UA e o Apoio da UE

53. As duas partes trocaram pontos de vista sobre o estado actual do programa de governança em África, tendo como base as actividades prioritárias da UA no que toca o reforço das práticas mais transparentes, sem exclusão e democráticas na vida política. Saudaram os progressos registados na implementação do Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (APRM) e aguardaram o primeiro estudo deste organismo. A UE

prometeu dar assistência financeira ao APRM, através do Fundo de Afectação Especial deste órgão bem como por intermédio da execução das próximas recomendações do APRM.

54. As duas partes saudaram a contribuição do Parlamento Pan-africano na promoção da boa governação em África. Notaram igualmente os esforços da UA no sentido de, com apoio da Comunidade Internacional, incluindo a UE, criar a Unidade de Governação no seio da Comissão da UA para a capacitação institucional dos Estados Africanos na área da governação. As duas partes sublinharam a sua responsabilidade mútua na luta contra a corrupção, incluindo a devolução de bens mal adquiridos para os países de origem, a capacitação institucional, sobre assuntos de corrupção, reforma do sector público, melhoria do orçamento e transparência fiscal, promoção de políticas públicas de administração, autorização de mercados bem como a promoção da transferência nas indústrias extractivas. As duas partes decidiram apresentar um relatório sobre o ponto de situação dos trabalhos nestas áreas na próxima reunião da Troika Ministerial UE-África. Este relatório abordará igualmente as barreiras jurídicas à devolução de bens mal adquiridos em África. As duas partes decidiram trabalhar em concertação para encorajar os Estados Membros a ratificar a Convenção da ONU relativa à luta contra a corrupção.

b) Observação Eleitoral

55. As duas partes saudaram os esforços da UA com relação ao envio regular de missões de observação das eleições nos Estados Membros, a convite destes últimos, em conformidade com a Declaração da UA de Durban da UA para supervisão/Observação das Eleições. A parte africana exprimiu a sua gratidão pela contribuição de dois milhões de Euros, pela UE, para o programa de governação da UA, incluindo a observação eleitoral. As duas partes saudaram os esforços da UA para o estabelecimento de uma observação sistemática das eleições através, entre outros, da criação de unidade de apoio aos processos eleitorais, e de um fundo de ajuda aos escrutínios; as duas partes prometeram a publicação, em 2005, de directivas da UA sobre o controlo e observação das eleições. As duas partes decidiram cooperar para o estabelecimento dos seus respectivos mandatos durante a observação de eleições. Trocaram pontos de vista sobre os processos eleitorais em África. A UE, exprimiu a sua posição relativamente ao processo eleitoral no Zimbabwe. A UA recordou a sua posição sobre o assunto.

c) Direitos do Homem

56. As duas partes saudaram a entrada em vigor do Protocolo relativo à criação do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e tomaram nota da decisão dos Chefes de Estado e de Governo, sobre a fusão do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal Africano de Justiça, por razões de eficácia. Decidiram igualmente trabalhar em concertação para o reforço das actividades da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos no que se refere à supervisão do estabelecimento da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Os Ministros reiteraram a importância do Tribunal Penal Internacional na luta contra genocídios, crimes de guerra e crimes contra a humanidade a nível mundial.

57. A parte africana sublinhou a importância de um apoio apropriado para facilitar o regresso voluntário de refugiados e pessoas deslocados aos seus países,

estabelecimento de uma democracia e boa governação duradoiras, através da participação destas pessoas nas eleições e no desenvolvimento sócio-económico.

Integração Regional e Comércio

a) Integração Regional

58. A UE reiterou a sua vontade de ajudar a África a acelerar o seu processo de integração. A este respeito, a UE sublinhou a necessidade do uso dos APE no reforço dos esforços de África em matéria de integração regional. A UA saudou este compromisso e sublinhou as medidas tomadas para acelerar o processo de integração, incorporando a análise do novo protocolo relativo às relações entre a Comissão da UA e a CERs, avaliação do programa da implementação das disposições do Tratado de Abuja e a racionalização da CERs.

59. Além disso, a Comissão da UA chamou à atenção da UE sobre a importância do apoio a conceder à capacitação institucional das CERs e da própria Comissão da UA. Esta exortou a UE a dar prioridade à disposição relativa ao apoio económico direccionado às causas de base dos conflitos ligados à pobreza. A UE tomou nota do apelo e saudou as acções conjuntas entre as duas Comissões relativamente a esta questão.

b) Comércio

60. Ao reconhecer o papel desempenhado pelos APE como instrumentos de desenvolvimento, a UA sublinhou a necessidade de contribuir para a capacitação institucional dos organismos africanos durante as negociações internacionais, assim como a promoção do acesso dos produtos africanos aos mercados europeus. Por outro lado, a Comissão da UA lançou um apelo à UE para convidar o sector privado a promover os seus investimentos em África.

61. A UE deu informações relativas ao ponto de situação das negociações nos seis grupos regionais. As duas partes acordaram nas eventuais datas da reunião dos mecanismos conjuntos UE-UA, a saber entre Maio e Junho de 2005. A Configuração dos grupos de negociação em África foi referida como um dos pontos da agenda.

▪ Principais Questões de Desenvolvimento

Meio Ambiente, incluindo a luta contra a Desertificação, Seca, Desastres Naturais e Gafanhotos Migratórios

62. Os Ministros tomaram nota da necessidade de reforçar a cooperação entre a África e a UE sobre questões cruciais relativas ao meio ambiente em África, tais como a degradação dos solos, a desertificação e a seca; baixo nível de abastecimento de água, deterioração dos ambientes costeiro e marinho, assim como a perda de biodiversidade. Tomaram igualmente nota da necessidade de trabalharem em concertação na luta contra a invasão de gafanhotos. A parte africana, ao realçar os seus esforços nesta área, saudou a contribuição da UE, que deu assistência financeira, através da FAO, durante a última invasão de gafanhotos migratórios. Saudou igualmente a criação da Facilidade em Água dos ACP-UE. As duas partes exprimiram a esperança da assinatura de um acordo relativo aos princípios do estabelecimento da Facilidade durante a 13ª Sessão do Comité

da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (11 – 12 de Abril de 2005), o que permitirá acelerar a realização dos objectivos fixados pela Comunidade Internacional, principalmente no quadro da Cimeira de Joanesburgo, em 2002.

▪ **Preparação da Cimeira da ONU, em Setembro de 2005**

63. Os Ministros trocaram pontos de vista sobre as propostas do Secretário Geral relativas à reforma da ONU. Ao recordar que essas propostas foram sempre objecto de uma análise, a UE exprimiu a sua determinação de que o processo de reforma conduza à adopção de soluções comuns para as principais questões de desenvolvimento, segurança e direitos do homem.

64. A UE tomou nota da posição africana comum sobre a proposta de reformar da ONU, tal como prevista no Consenso de Ezulwini, e compromete-se a partilhar as posições da UA antes da Cimeira.

65. Os Ministros sublinharam que uma leitura paralela da posição africana comum e das prioridades da UE prova que é possível prosseguir e acelerar o diálogo para se alcançar um aposição comum.

66. A UE aceitou partilhar, antes da Cimeira, as suas propostas que visam acelerar a implementação dos objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, muito em particular os que se referem à pertinência, ao financiamento e à eficácia de ajudar específica para África.

▪ **Diálogo UE-África**

Acompanhamento da Troika Ministerial de Adis Abeba, de Dezembro de 2004, incluindo a data e o lugar da II Cimeira UE-África

67. Os Ministros recordaram a decisão tomada durante a Troika Ministerial de Adis Abeba, em Dezembro de 2004, relativa às principais questões de desenvolvimento, em particular o VIH/SIDA, a malária, a tuberculose e outras doenças infecciosas conexas; a segurança alimentar, a dívida externa africana, as migrações e o Plano de Acção relativo ao tráfico de seres humanos, as tecnologias de informação e de comunicação assim como a integração de questões de género. Os Ministros tomaram nota do relatório de actividades, apresentado pelos funcionários principais sobre estas questões e encorajaram-nos a prosseguir as suas actividades, através de mecanismos apropriados, a fim de apresentar relatórios técnicos regulares.

68. As duas partes reiteraram a necessidade de se submeter o acordo já assinado, relativo à dívida externa africana, para sua adopção, ao mais alto nível, o mais breve possível.

Parceiros Estratégicos UE-UA

69. A UE apresentou um documento interno relativo à parceria estratégica entre a UE e a UA. O referido documento formula uma série de recomendações quanto à forma e aos grupos do diálogo UE-UA bem como sobre o seu conteúdo. As duas partes decidiram analisar as recomendações na próxima reunião Ministerial.

Segunda Cimeira

70. Os Ministros reafirmaram a necessidade de se convocar uma Cimeira, dentro do espírito e da letra da Declaração de Cairo. A este respeito, a UEE reiterou a sua posição que contém algumas questões políticas que entravam a realização da Cimeira

C. Observação e Recomendações

Observações

- a) A Comissão constata que o Diálogo África-Europa parece estar a prosseguir fora dos órgãos de acompanhamento contidos no Plano de Acção de Cairo, nomeadamente: bi-regionais (ao nível de Peritos e Ministros) e a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo. Desde 2003, o diálogo decorre apenas no quadro da Troika, sugerida pela bi-regional ministerial de Ouagadougou, e devia ser temporária.
- b) A Europa parece estar a praticar uma política de dois pesos duas medidas em relação a África. Aqui constatamos que a Europa não dá os mesmos conteúdos e a mesma importância aos diálogos que mantém com os continentes em Desenvolvimento. Como prova, citamos os seguintes factos:

- i) **Implementação dos compromissos:**

De Cairo 2000 a Luxemburgo 2005 a reuniões sucederam-se com um denominador comum: todas elas são sancionadas por comunicados finais (quase semelhantes em termos de conteúdo) que contém compromissos que raramente são traduzidos em factos. Excepto as acções relativamente apreciáveis da Europa nas áreas da Paz e Segurança, todos os compromissos europeus nos sectores económicos e social não tiveram seguimento. Do conjunto dos resultados relativamente satisfatórios figura a elegibilidade da Comissão da UA no FED.

- ii) **Instrumentos de cooperação da Europa em África**

Constatamos que em direcção da África, a Europa dispõe de três instrumentos de intervenção, nomeadamente:

- O MEDA, destinado aos países mediterrâneos da África e do Médio Oriente. Aqui a ideia é de criar uma cintura de segurança na frente mediterrânea;
- A TDCA, exclusivamente destinada à África do Sul;
- O Acordo de Cotonou com os ACP;

Dado que cada um destes instrumentos obedece à sua própria lógica ou filosofia e dispõe de mecanismos financeiros que lhes são próprios, parece extremamente difícil aos parceiros europeus encontrar uma via óptima que lhes permita apoiar com eficácia os projectos de integração iniciados pela Comissão da União Africana. O corolário da activação destas três alavancas é a polvilhação, ou seja a dispersão de acções europeias cujos efeitos direccionados para o desenvolvimento de África são muito limitados. A concentração de acções através do uso de um único instrumento de intervenção produziria, sem dúvida, os resultados esperados.

iii) **Relatório unilateral e sine die da Cimeira de Lisboa**

Para recordar a parte europeia a tomar esta decisão sem consulta prévia. Depois, parece contentar-se com a fórmula da Troika, cujos limites já foram evocados anteriormente. O motivo principal que a Europa parece estar a privilegiar a recusa da organização da Cimeira África-Europa reside essencialmente na política interna do Zimbabwe. Todavia, e o que é surpreendente, a Europa participa efectiva e activamente nas Cimeira Europa-ASEAN, que contam com a participação da Birmânia, cujos dirigentes são acusados pela comunidade internacional, incluindo a Europa, de violar diariamente os direitos do homem. Enquanto se espera a obtenção deste instrumento único, é aconselhável tomar iniciativas conjuntos UA/UE com vista a garantir uma coesão e condenação na implementação destes instrumentos.

Recomendações

À luz do que precede, propomos o seguinte:

- i) A organização de uma Troika ao nível dos Chefes de Estado e de Governo para resolver os problemas pendentes, de modo a repor o diálogo nas estruturas iniciais previstas na Declaração de Cairo. Recomendamos com vivacidade que a África tome a iniciativa de uma tal Cimeira;
- ii) A activação de outros órgãos do Diálogo, particularmente os bi-regionais, ao nível de peritos e ao nível de Ministros;
- iii) O diálogo entre as duas Comissões deve basear-se em reuniões entre os Departamentos Técnicos, o que poderia beneficiar a implementação de vários compromissos contidos nos comunicados finais.

2005

Report of the commission on the on going Africa-Europe dialogue

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4390>

Downloaded from African Union Common Repository